

RESUMO SEE - Setembro de 2025

Autores: Lorenzo Corbella, graduando em Relações Internacionais, CFG; Livia Pacheco, graduanda em Relações Internacionais

ago/25

out/25

Revolução no Nepal convoca novas eleições após proibição de plataformas digitais no país

China corta pedidos de importação de soja dos EUA

Diversos países reconhecem o Estado da Palestina na ONU / Fed corta juros em 0,25 p.p.

Paquistão e Arábia Saudita firmam acordo securitário de defesa mútua

Secretário de defesa dos EUA, Pete Hegseth convoca reunião de 800 generais em Quantico

Governo dos EUA anuncia paralisação após o Congresso não chegar a um acordo sobre o orçamento

ATIVIDADE

O IBC-Br, a prévia do PIB, foi de -0,50% em julho ante o mês anterior na série dessazonalizada, abaixo das projeções de -0,20%. A PNAD do trimestre encerrado em agosto registrou taxa de desocupação de 5,6%, o menor patamar já registrado desde o início da série histórica. Os dados da Nova Caged registraram um saldo de 147k novos postos de trabalho em agosto. Apesar do recuo no PIB maior que o esperado, os dados do mercado de trabalho seguem mostrando uma economia resiliente.

FISCAL

Em agosto, o Governo Central, os governos regionais e as empresas estatais, encontraram-se deficitários na ordem de R\$ 15,9 bilhões, R\$ 1,3 bilhões e R\$ 6 milhões, respectivamente. De acordo com o Bacen, a DLSP (Dívida Líquida do Setor Público) e a DBGG (Dívida Bruta do Governo Geral), atingiram 64,2% e 77,5% do PIB em agosto – uma elevação de 0,6 p.p. na DLSP e de 0,9 p.p. na DBGG.

JUROS

Em 18 de setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a taxa Selic em 15% a.a. O Bacen reforçou que a taxa Selic deve se manter em 15% por um período “bastante prolongado”, visando convergir a inflação para a meta de 3%. A expectativa preponderante no mercado atualmente é que os cortes na Selic comecem a partir de 2026, com a taxa caindo para 12,25% a.a. até o final do ano. Para 2027, a projeção segue de 10,50% a.a. Paralelamente, nos EUA, o Fed decidiu pelo corte de 0,25 p.p. na reunião de setembro, citando uma desaceleração acentuada no mercado de trabalho como catalisador.

CÂMBIO E BOLSA

O dólar fechou setembro em baixa, a R\$ 5,32, variando -1,99% em relação ao mês passado (R\$ 5,43). Seguiu-se a tendência de queda do dólar dos últimos meses, replicando o ocorrido no DXY. O aumento de importações de *commodities* pela China também ajudou a ancorar o real. Desde que a colheita de soja dos EUA começou, a China ainda não fez nenhum pedido de importação, dando preferência aos mercados sulamericanos. Por esse motivo, Trump anunciou que se encontrará para negociar com Xi Jinping nas próximas semanas. Na bolsa, o Ibovespa bateu diversas vezes seu *all-time high*, encerrando o dia 30 de setembro em 146.237,02 pontos, o que representou uma variação de 3,51% em relação ao mês passado. O corte de juros do Fed e a relativa calma no cenário internacional contribuíram positivamente para a continuidade de influxos de capital para mercados emergentes e ativos de risco, bem como para a queda do dólar.

INFLAÇÃO

Em setembro, o IPCA-15 registrou uma alta de 0,48%, abaixo da projeção de 0,51%. O aumento foi influenciado pelo fim do Bônus de Itaipu, pela entrada em vigor da bandeira tarifária vermelha patamar 2 e por reajustes regionais. Em 12 meses, o índice acumula 5,32%, acima dos 4,95% registrados em agosto.

INTERNACIONAL

Em agosto, o Nepal exigiu o registro das Big Techs em seu órgão regulador, mas, diante da recusa das empresas por considerarem a medida vaga, o prazo expirou em 4 de setembro, levando ao bloqueio de 26 plataformas – entre elas Facebook, Instagram, YouTube e X – e ao início de uma revolução que culminou em novas eleições. No dia 9 de setembro, a Força Aérea Israelense conduziu um ataque no Catar, com o objetivo de eliminar lideranças do Hamas estacionadas no país. Nos últimos 3 meses, o Catar sofreu diversas agressões, incluindo bombardeios tanto por parte do Irã quanto de Israel. Poucos dias depois do ocorrido, em 17 de setembro, a Arábia Saudita e o Paquistão firmaram um acordo securitário de defesa mútua, com possível extensão do guarda-chuva nuclear paquistanês para os sauditas. A aliança chega em boa hora: o Paquistão estava passando por dificuldades financeiras e a Arábia Saudita vinha duvidando das garantias de Washington, em razão dos fatos transcorridos no Catar. Ainda há dúvida se a pretensão é manter o acordo em termos bilaterais ou se é expandi-lo para criar uma “OTAN Islâmica”, como aludido pelo ministro de defesa do Paquistão. O acordo Mercosul-EFTA, assinado em 16 de setembro, abre ao Brasil um mercado de alto poder aquisitivo. Entretanto, o impacto econômico real é limitado, já que o bloco representa menos de 1% das exportações brasileiras e 1,5% das importações. Seu valor é político, servindo principalmente como argumento para destravar o acordo Mercosul-UE. Na assembleia geral da ONU, diversos países ocidentais reconheceram o Estado da Palestina, incluindo o Reino Unido, a França, o Canadá e a Austrália. Esse ato sinaliza uma tendência maior de contestação das políticas estadunidenses que se mostram contrárias aos interesses nacionais de seus aliados. Paralelamente, ainda no evento, Trump elogiou Lula, abrindo a possibilidade de um encontro para negociação entre os dois países. Contudo, por conta da paralisação anunciada após o Congresso dos EUA não chegar a um acordo quanto ao orçamento, a situação encerrou o mês no limbo. A expectativa é que os líderes se encontrem na cúpula da ASEAN em outubro para discutir diversas questões pendentes. No dia 30, o secretário de defesa dos EUA, Pete Hegseth, convocou uma reunião de todos os generais e almirantes de uma estrela ou superior (equivalente a aproximadamente 800 membros das forças armadas) na Virgínia. Uma reunião dessa dimensão não tem precedentes na história dos EUA, e é ainda mais significativa porque o presidente Trump sugeriu não ter sido informado previamente da sua ocorrência. Como destaques dos discursos de Hegseth e de Trump, ressalta-se a ênfase na necessidade de combater inimigos internos e a pressão para obedecer às ordens do governo.

